

## Tecnologias sociais feministas em experiências de mulheres de ocupações urbanas

### RESUMO

**Tháís Lopes Santana Isaías**  
E-mail: [tatacsa@hotmail.com](mailto:tatacsa@hotmail.com)  
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Este artigo tem como questão central refletir sobre as práticas cotidianas de resistência de mulheres negras e economicamente empobrecidas de ocupações urbanas. Com isso, objetiva-se evidenciar tecnologias sociais feministas de sobrevivência forjadas por essas mulheres, quais sejam, o ato de falar, se autodefinir, as dinâmicas de cuidado, maternidade e coletividade. O trabalho é construído a partir de metodologias feministas, e, mais especificamente, do conhecimento situado, interseccionalidade e subalternidade. Ainda, adota-se como métodos a etnografia e realização de roda de conversa e entrevistas semiestruturadas em profundidade. Observa-se, por meio da presente reflexão, o conteúdo político das práticas mencionadas, que reorganizam noções de público, privado, político e pessoal e se desdobram na interdependência como projeto de sociedade, necessariamente vinculado à urgência de revisão minuciosa dos processos sociais de produção e reprodução.

**PALAVRAS-CHAVE:** Voz e Autodefinição. Cuidado. Maternidade. Coletividade. Tecnologias sociais feministas.

## INTRODUÇÃO

Pretendo, neste artigo, evidenciar tecnologias sociais feministas forjadas a partir de experiências de mulheres moradoras de ocupações urbanas. O trabalho é desdobramento de jornada de pesquisas, extensões e de assessoria no campo do Direito em territórios urbanos marginalizados e é aqui focado nas ocupações urbanas da Izidora.

As ocupações da Izidora são compostas por três comunidades interligadas que surgiram simultaneamente, denominadas Rosa Leão, Esperança e Vitória. Em meio às Jornadas de Julho de 2013, circunstância de massivas manifestações nas ruas do Brasil pelos mais diferentes segmentos políticos e sociais, cerca de 30 mil pessoas sem-teto, inseridas em um contexto de impossibilidade de arcar com o alto valor do aluguel e com a ineficiência de políticas públicas de habitação, ocuparam um grande terreno que estava ocioso há cerca de 40 anos, localizado em área de forte especulação imobiliária, que está em maior parte em Belo Horizonte/MG e em menor em Santa Luzia/MG. Desde 2013 essas ocupações vêm atravessando complexo embate jurídico-político, marcado pelo ajuizamento de ações de reintegração de posse para remoção forçada por parte de alegados proprietários. Tão grande é a relevância desse embate que em 2016 ele foi considerado pelo Tribunal Internacional sobre Despejo um dos sete conflitos fundiários urbanos mais significativos do mundo. Essas ocupações são compostas principalmente por mulheres negras e economicamente empobrecidas, que são em geral as lideranças na comunidade. Após inúmeras idas e vindas e intenso processo de resistência, atualmente as ocupações da Izidora afastaram a ameaça legal de despejo e fazem-se como território consolidado em processo de regularização fundiária.

A presente reflexão envolve não somente falar das moradoras de ocupações, mas inevitavelmente falar delas a partir das minhas perspectivas de pesquisadora e operadora do Direito, o que traz uma série de desafios, inclusive metodológicos, e demanda reflexões profundas sobre a minha posição na relação com as ocupações e na elaboração deste trabalho. Por esse motivo, visando trilhar caminhos teóricos que me auxiliem efetivamente a enfrentar esses desafios, adota-se aqui os conhecimentos situados (HARAWAY, 1995) e interseccionalidade (CRENSHAW, 2010) como metodologias, sendo as minhas colocações em primeira pessoa do singular aplicações desses conceitos. Ainda, vale-se aqui de pesquisa qualitativa, executada por método etnográfico (BUCH; STALLER, 2007), da realização de roda de conversa com 10 mulheres e de entrevistas semiestruturadas em profundidade (HESSE-BIBBER, 2007) com 7 moradoras das ocupações da Izidora. A roda de conversa e entrevistas foram realizadas entre agosto e setembro de 2016. Algumas falas das moradoras são reproduzidas neste artigo e todas as entrevistadas são aqui denominadas “Izidora”.

A escolha de chamar todas as moradoras de “Izidora” dialoga com reflexões sobre o estabelecimento do *nós* nos feminismos, de sujeitos singulares que confluem em torno da identidade “mulher”. A utilização de um termo comum para nomear diferentes mulheres faz-se no sentido de “articulações entre as diversificadas posições de sujeito, o que por sua vez compõe a força específica do feminismo” (COSTA, 2002, p.61). Assim, ao nomear “Izidora” apresentando-a em inúmeros contextos e falas, intenta-se mostrá-la não enquanto unidade fixa, mas como coletividade espacial, “histórica e heterogeneamente construída dentro de uma ampla gama de práticas e discursos, e sobre as quais o movimento das

mulheres se fundamenta” (COSTA, 2002, p.71). Assim, a denominação “Izidora” dá-se a partir da percepção da relação de coletividade e compartilhamentos de experiências estabelecida entre as mulheres nas ocupações, sem prejuízo da compreensão da multiplicidade entre elas, enfrentando o desafio necessário de “articular as mulheres politicamente, reconhecendo-se, contudo, suas temporalidades e densidades divergentes” (COSTA, 2002, p.71). A identidade Izidora, portanto, é pensada a partir de cruzamentos complexos de opressões e resistências compartilhadas, mas é percebida como lugar de posições múltiplas e variáveis. A escolha faz-se também como estratégia de não exposição das mulheres entrevistadas.

### **CONCEITUAÇÃO: CONHECIMENTOS SITUADOS, INTERSECCIONALIDADE E SUBALTERNIDADE**

De acordo com a perspectiva de conhecimento situado, os paradigmas descorporificados de neutralidade, objetividade e universalidade da ciência são mitos que, na verdade, se dão a partir da visão de mundo de quem domina processos de construção de conhecimentos científicos: até então majoritariamente homens brancos privilegiados economicamente (HARDING, 1993). Como ensina Donna Haraway, o equívoco da objetividade tradicional está no fato de essa pressupor a separação entre sujeito e objeto, corpo e mente, e com isso prometer “um olhar conquistador que não vem de lugar nenhum” (HARAWAY, 1995, p.18), um olhar que tem poder de ver sem ser visto. Donna Haraway (1995) propõe uma nova concepção de objetividade feminista, que acredita no conhecimento que admite suas posições, e, portanto, é limitado e parcial.

Isso porque os processos de produção de conhecimento não são meros reflexos apolíticos de uma verdade única e absoluta, mas elaborações em contextos de relações de poder que determinam quem pode falar, que perguntas são importantes, que respostas são pertinentes (KILOMBA, 2019). Como ensina Grada Kilomba (2019, p.58), “todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros”. Assim, pensar a partir de conhecimento situado é admitir que a neutralidade é um mito, construído a partir do lugar daqueles que dominam a ciência e escondem e conservam seus lugares de privilégio (HARDING, 1993).

Adotar a perspectiva de conhecimento situado nesse trabalho significa que eu me reconheço como pesquisadora não somente interessada, mas envolvida no contexto de pesquisa. As minhas experiências afetam diretamente a maneira como vejo e interpreto meu campo de análise. É por esse motivo que, por vezes, falo em primeira pessoa, como maneira de explicitar meus lugares, reflexões e autorreflexões nessa esfera de implicação. Assim, contra um discurso de ciência pura e neutra, admito-me enquanto parte que compõe o cenário pela prática e envolvimento teórico, ético e político, cenário sobre o qual pretendo também produzir reflexão crítica epistemológica no sentido de agregar sujeitos historicamente subalternizados (SPIVAK, 2010).

Se é impossível evitar que as nossas marcas, inclusive do corpo, interfiram no processo de reflexão (HARAWAY, 1995), pensar também a partir da interseccionalidade (CRENSHAW, 2010) é importante. Esse conceito é aqui usado para refletir sobre a inter-relação entre marcadores sociais, como gênero, raça e

classe. Isso auxilia na compreensão das vivências das mulheres de ocupações, que, como já dito, são em maioria também negras e economicamente empobrecidas. Kimberlé Crenshaw cunhou o termo interseccionalidade a partir de um embate jurídico entre mulheres negras e uma fábrica da General Motors (GM) nos Estados Unidos. Essas mulheres recorreram ao tribunal norte-americano em razão da prática racista e sexista da empresa ao não contratar mulheres negras. Contudo, o tribunal recusou a acusação de discriminação racial e de gênero sob o argumento de que a GM contratava homens negros e mulheres brancas. Entretanto, o que Crenshaw apontava é que, apesar da GM contratar homens negros e mulheres brancas, não contratava mulheres negras (CRENSHAW, 2010). Isso demonstrava um particular entrecruzamento entre sistemas de poder que impactava qualitativamente as violências sofridas por alguns sujeitos. Fazia-se necessário, portanto, perceber esses entrecruzamentos. Ainda, pensar a partir da interseccionalidade implica em dizer também que as lidas não são aqui vistas como categoria homogênea e que não se adota a ideia de identidades fixas, mas sim identidades complexas, afirmadas a partir da necessidade de visibilidade e união estratégicas (CURIEL, 2009).

Por fim, subalternidade é também conceito central no trabalho. Há um importante campo teórico sul-americano-africano-asiático que discute este tema em diferentes perspectivas, atualmente chamado de "Estudos Subalternos". Não é aqui apropriado aprofundar a discussão sobre este campo, mas, em termos muito gerais, os Estudos Subalternos enfrentam transversalmente o debate da ausência de representatividade, reivindicando o direito dos subalternizados de contar sua própria história. No presente trabalho, o debate sobre subalternidade é estabelecido a partir do conceito apresentado por Gayatri Spivak (2010). Para a autora, subalterna é aquela que tem acesso limitado ou nenhum acesso a instâncias reconhecidas de fala. Esta posição estabelece para ela uma condição de submissão a outros grupos hegemônicos e de falsa representação por meio deles. É importante observar que, na perspectiva de Spivak, a subalternidade não é pensada a partir da ideia de identidade essencialista, mas como uma posição relacional (TAYANE LINO, 2014). Isto significa que os sujeitos não estão em condição imutável e podem assumir a posição de colonizador ou colonizado, por exemplo. No entanto, alguns grupos estão recorrentemente no lugar da subalternidade e têm pouca ou nenhuma mobilidade (TAYANE LINO, 2014). O fato é que, para Spivak, estando neste lugar, as subalternas não podem falar (SPIVAK, 2010). Spivak é extremamente criticada por esta conclusão (DUQUE-ESTRADA, 2009; MAGGIO, 2007; MOHANTY; ALEXANDER, 1997; PATAI, 2010; PELÚCIO, 2012). A partir destas críticas, decidi aqui não adotar o termo subalterna, mas sim subalternizada, considerando que grupos subalternizados falam, às vezes, em suas línguas, mas que o trânsito de suas vozes em instâncias de fala socialmente reconhecidas é limitado.

### **TECNOLOGIAS SOCIAIS FEMINISTAS A PARTIR DAS PRÁTICAS COTIDIANAS DE OCUPAÇÕES URBANAS**

Como já dito, as mulheres das ocupações urbanas trazem várias reflexões e estratégias de resistência, aqui denominamos tecnologias sociais feministas. Trabalhamos neste artigo a voz, autodefinição, cuidado, maternidade e coletividade.

Inúmeras pensadoras feministas têm apontado problemas sobre noções neoliberais e brancas de feminismos, que apostam na igualdade e autonomia da mulher por meio da inserção no mercado de trabalho e ocupação de lugares de poder. Ainda, na grande parte das vezes, as lutas por moradia são abordadas por perspectiva que dá centralidade à classe e a estratégias políticas “clássicas” que envolvem tensionamento institucional e disputas em espaços tidos como públicos.

Entretanto, imergir no cotidiano das ocupações urbanas traz diversos elementos que desestabilizam leituras centradas em classe e em feminismos que generalizam a noção de mulher a partir das vivências de mulheres brancas, evidenciando estratégias outras de existência. Durante anos de imersão nas ocupações da Izidora, vi comunidades compostas principalmente por mulheres negras, que são também as lideranças territoriais, as pessoas responsáveis pela organização interna, pelas atividades de mobilizações, desempenham o papel de cuidadoras da coletividade, são mediadoras dos conflitos internos e externos, convocam e conduzem as assembleias, orientam as pessoas das ocupações. São as representantes da luta em espaços públicos, articuladoras das redes de apoio, pessoas que denunciam, negociam com o Estado e fazem o enfrentamento aos poderes, à polícia e são também as que sofrem de maneira mais direta as mais variadas violências, inclusive a doméstica. São mães, esposas, avós, donas de casa, religiosas. Percebi que a política cotidiana é coletiva e se dá em grande medida por meio de práticas de cuidado, estabelecimento de laços afetivos, sendo fortemente atravessada por circunstâncias que envolvem maternidade e família havendo, portanto, um entrecruzamento entre o âmbito doméstico e os espaços comuns, desestabilização da separação entre produção e reprodução.

Assim, as mulheres das ocupações induziram-me a notar a complexidade do contexto e buscar entendê-lo de perspectiva interseccional, de gênero, raça e classe (CRENSHAW, 1989). Mais que isso, inspiraram-me a buscar as noções do feminismo negro acerca de gênero, família, trabalho, maternidade, política etc., empreendendo um giro no meu imaginário de público, privado e político. A política feita nos e pelos territórios dá-se a partir do cotidiano, da resistência por sobrevivência individual e de grupo, por meio do cuidado e da coletividade, tendo também a autodefinição (COLLINS, 2019) e emergência de vozes (hooks, 2019) papéis definidores nas dinâmicas da luta.

### **Voz, autodefinição e coletividade**

Um dos elementos trazidos com recorrência pelas mulheres das ocupações diz respeito a quanto o processo de luta coletiva as transformou individualmente. Ao mesmo tempo, elas narram como o movimento de erguer a voz, falar e ser ouvida, de encontrar maneiras de se expressarem foi transformador. Uma das moradoras e coordenadoras da Izidora diz que ficou calada durante toda a sua vida e começou a falar depois da ocupação; que tem muito a dizer e agora não permite mais que a silencie. Outras narram um processo de cura ao serem elogiadas por tarefas que sempre desempenharam sem valorização, como cozinhar, maneira pela qual se exprimiam, mas não eram reconhecidas. Narram a importância de falar, conversar, desabafar, externar-se, expor-se em espaços seguros etc.

que te chateia e te rancam alguma coisa. Te rancam na marra alguma coisa e cê fica com a falta daquilo. Mas como ocê começa a ver que tem pessoa que tem mais necessidade que você, que tá ali doendo na pessoa muito, deveria tá doendo muito mais que em você, e ocê tá ali sofrendo por aquilo que as vezes é tão pequeno... O remédio num... Num faz muito parte da vida se ocê firma um pouco a sua cabeça, faz parte não. E eu comecei a fazer muita amizade ali dentro. Muita amizade. E muitos elogios. Ah, e outra coisa que é muito importante! Dentro da ocupação, que era um lugar, e que é um lugar que era pra todo mundo tá achando tudo tão ruim... Aqui fora eu era feia, gorda, véia, esquisita, tinha valor nenhum. Lá dentro da ocupação, quando eu entrava, pessoal falava: “ô Maria, cê chegou. Que coisa boa. Nó Maria, mas é tão gostoso conversar concê. É tão bom, sabe? O que aqui, aqui... nada era valorizado, lá dentro tudo que eu fazia! Tinha dia que eu chorava lá dentro, eu vinha com o olho vermelho. Aí minha filha ficava. “Mãe, mas a senhora veio pra cá pra chorar?”. Mas é muito bom chorar aqui dentro! Né? Porque lá dentro cê chorava. Agora não, agora pessoal tá todo mundo bem, né? Cês lembrar desde o início, né? Pessoal, agora tá bem. Mas antes era tudo muito difícil. E o pessoal tão feliz e eu tão triste. Eu tomei um tapa na cara lá dentro da ocupação. Foi muito bom, muito bom!

Entrevistadora: Legal!

Izidora: Aí, como depois eu tava falando, veio aqueles pessoal tudo bonito, que pra mim era um pessoal que nunca me cumprimentava, nunca ia me cumprimentar, nunca ia me dar um bom dia. Eu fazia uma comida lá assim no improvisado, “mas que comida gostosa! Que delícia de comida!”. E aquele pessoal tudo bonito! Pensava, que na vida eu pensava assim “nem, uma pessoa dessa nunca vai me dar um bom dia, né?”. E me abraçava, dava beijo, era elogio... Aquilo foi... gente, essa ocupação foi tudo na minha vida! Essa ocupação foi muita coisa na minha vida.

[...]

Entrevistadora: É, e mais uma coisa assim. Enquanto mulher cê acha que mudou alguma coisa em você?

Izidora: Mudou demais menina! Eu fiquei muito forte! Eu aprendi depois de 50 anos! Mudou demais gente! Eu fortaleci demais. Hoje eu gosto de mim, hoje eu sei lutar por mim. Cê ter uma ideia, eu fazia campanha na igreja. Eu nunca fiz uma campanha por mim. Só pelos outro, os outro, os outro em primeiro lugar. Hoje não. Eu penso em mim, sabe? Me mudou muito, mudou muito, eu aprendi demais. Depois de 50 anos... cinquenta e poucos, né, anos. Eu aprendi. Na ocupação. A me valorizar, aprender que pra mim valorizar as pessoa tem que me valorizar primeiro, sabe? Eu aprendi muita coisa. Como mulher, eu me sinto muito mulher. Hoje.

Discussões em torno da importância e impacto de reivindicar a fala e se exteriorizar são recorrentes em obras de autoras negras. bell hooks (2019), por exemplo, narra como o seu processo de erguer a voz foi essencial e ao mesmo tempo doloroso em sua vida. A autora conta da sua infância em uma comunidade negra dos Estados Unidos, onde era compelida a ficar calada já que “crianças deviam ser vistas, não ouvidas” e emitir opinião só era autorizado a figuras de

autoridade, em geral homens, sob pena de punição. Assim, “falar sem ser convidado era um ato de coragem – um ato de risco e ousadia” (p.31). Ela expõe como foi difícil buscar encontrar a sua voz e para tanto se atrever a falar, perguntar e responder perguntas em meio a castigos infinitos que tinham como propósito impedi-la de criar sua própria voz, especialmente por ser uma menina.

Segundo bell hooks (2019), a dificuldade de falar das mulheres negras em sua comunidade não se confundia com o seu silêncio. Ao contrário, o ambiente delas era barulhento, “de uma língua tão rica, tão poética [...], um “mundo de conversas de mulher” (p.31). Porém, fora dos ambientes de mulheres, essas conversas não eram ouvidas, não eram consideradas significativas, não compunham os diálogos públicos. O movimento de erguer a voz significou para ela, portanto, uma maneira de reivindicar e recuperar a si mesma, uma transição de objeto para sujeito, um gesto político de confronto direto a forças dominadoras que operam a partir da tentativa de emudecimento. O ato de falar é para ela, portanto, libertador.

Libertação, reconhecimento e autovalorização são também elementos levantados pelas mulheres das ocupações da Izidora quando narram o processo de luta por moradia, que consiste não somente em se lançar no espaço público e estabelecer embates com instituições, mas, mais que isso, de falar a partir do ponto de entrelaçamento entre o público e o privado e visibilizá-lo, reivindicá-lo enquanto espaço de voz, enquanto palco de produção de política. Esse movimento de reclamar reconhecimento da sua existência, da sua posição e fala é árduo e é, muitas vezes, viável por meio da constituição de grupos de fortalecimento, onde é possível dizer e ser ouvida. Nas ocupações, salta aos olhos que o pessoal é político, mas também que o pessoal é coletivo e que o político passa, portanto, pelas relações que se estabelecem em comunidade. Nesse sentido, expressar-se, externar-se, ser vista e ouvida, autodefinir-se e autoafirmar-se assumem potencial de transformação não só individual, mas coletiva, correspondendo à tecnologia social de existência e resistência dessas mulheres.

Na Izidora, por exemplo, o movimento de autodefinição e autoafirmação das mulheres é nitidamente essencial na força da luta coletiva. Os grupos de coordenadores do território (seja da horta, do barracão comunitário, do coletivo de mídia etc.) são formados quase exclusivamente por mulheres, majoritariamente negras. Esses grupos são espaços importantes de produção da política cotidiana da comunidade, a partir dos quais surgem debates e estratégias de sobrevivência e transformação comunitária, e, ao mesmo tempo, são lugares para falar, trocar, receber suporte, onde é possível expressar a si e ser reconhecida, autodefinindo-se intersubjetivamente, autoafirmando-se coletivamente, mostrando que “o ouvinte mais capaz de romper a invisibilidade criada pela objetificação das mulheres negras é outra mulher negra” (COLLINS, 2019, p.190).

Alinhadas com Collins, as mulheres da Izidora contam que seus processos de mudança e inclusive de cura individual acontecem no contexto coletivo, ressaltando a importância da interdependência:

Izidora: E vou te falar mais: ocupação forma as pessoas porque antes eu não gostava da minha cor. Não gostava de ser negra por causa dos preconceito que a gente sofre, né, diariamente, principalmente em escola. Hoje eu tenho orgulho de ser negra. Orgulho de ser negra. Queria ficar mais negra ainda, capaz de eu ir até pra praia pra ficar

mais pretinha, porque aqui esse sol não me queima mais, né? Só a palma da mão de vez em quando. Mas... Então eu quero, eu tenho orgulho enorme de ser negra. Então a ocupação me formou nessa questão, tirou de mim aquela questão de fragilidade, de mulher frágil, de mulher incapaz e de mulher feia. Aquele padrão de mulher bonita? A ocupação me mostrou que eu sou mais bonita do que eu achava que era. Então assim, hoje através desse, dessa... eu devo muito à ocupação. A ocupação que eu falo é a luta, né? Porque eu sou uma mulher segura... Claro, dou umas baqueadinhas de vez em quando, mas sou uma mulher segura de mim, uma mulher que se ama muito, uma mulher que me acho maravilhosa, inclusive a mulher mais linda que tem nesse lugar sou eu, a negra mais linda que tem aqui sou eu, eu acho isso.

Patrícia Hill Collins (2019) discute o poder da autodefinição, mecanismo essencial para a sobrevivência das mulheres negras. Contra imagens sociais de controle que inferiorizam mulheres negras, elas criam identidades próprias para se fortalecerem, para sobreviverem, o que consiste, portanto, em estratégia de resistência (CURIEL, 2009).

Evidentemente, é preciso adotar posição crítica em relação à aposta na autodefinição e afirmação da identidade e na ideia que está subjacente a essa aposta, qual seja, que o pessoal é político. Como ensina bell hooks (2019), a ideia de que o pessoal é político pode gerar autocentramento, despolitização, desconexão com realidades materiais, esvaziando a ideia de político em dimensão coletiva. O movimento mais importante da frase “o pessoal é político” é a politização do eu e não a pessoalização da política.

Como mostram as mulheres das ocupações da Izidora, a politização do eu gera mudança na autopercepção e na maneira de se colocar diante dos outros. É visível que o processo de autodefinição e afirmação da identidade é importante, mas é mais potente quando conectado à compreensão crítica e interseccional da realidade material e ao esforço por transformá-la, o que se dá necessariamente de maneira interdependente. Nomear a própria realidade é um ato de resistência, mas não é um fim em si mesmo (hooks, 2019) e sim uma ponte entre indivíduo e grupo. Alinhadas com a perspectiva de bell hooks, na Izidora “a contação de histórias se torna um processo de historicização” (hooks, 2019, p.227), com o objetivo de mudar o mundo.

### **Cuidado, maternidade e coletividade**

Outro aspecto observado de maneira marcante no cotidiano das ocupações, evidentemente conectado com o movimento de se expressar e ser reconhecida, são as dinâmicas de cuidado. O cuidado emergiu como fator novo para mim enquanto elemento de elaboração política e transformou radicalmente minha maneira de compreender as lutas por direitos e de pensar tecnologias sociais feministas de resistência. Buscando referências para me auxiliarem a entender a realidade que via, descobri que cuidado é um tema extensamente debatido, principalmente em pesquisas de mulheres. Muito simplificada, o cuidado diz respeito às “atividades que se voltam para as necessidades físicas, intelectuais, afetivas e para outras demandas emocionais” (BORIS, 2014, p.103). A esfera da reprodução não equivale em sua totalidade à esfera do cuidado, apesar de muitas

vezes coincidir (BORIS, 2014). Existem abordagens que condenam tarefas de reprodução e cuidado e apostam na produção e autonomia enquanto estratégias de enfrentamento a desigualdades econômicas, de gênero e raça (DAVIS, 2016; FRIEDAN, 1963), ao passo que outras apostam na interdependência (OROZCO, 2012) como dinâmica que gera disruptura dessas desigualdades.

Percebi o cuidado na política do dia a dia das ocupações em inúmeras circunstâncias. Seja nas reuniões na casa de coordenadoras nas quais elas sempre ofereciam lanches para propiciar um momento mais agradável aos participantes; ou quando a moradora que não se dispunha a falar em público fazia a unha de uma das coordenadoras que se colocava em posições de representação e embate institucional para que ela se sentisse mais bonita; a outra que limpava a sua casa diante da falta de tempo da parceira pela atribulação da luta e tantas outras que cuidavam dos filhos das companheiras para que parte delas pudesse estar em reuniões e manifestações; seja na amizade e amor que via entre lideranças, no amparo que davam umas às outras. Também, na organização de lutas para reivindicar que escolas e creches recebessem crianças das ocupações, que postos de saúde cuidassem de moradores, na indignação diante da falta de água para higiene básica na casa da vizinha; no gesto de ouvir companheiras e companheiros em suas falas, dialogar com eles, dividir responsabilidades, intermediar conflitos etc. Entendi que, na vida de mulheres negras e pobres, a luta política costura-se pelo cuidado, faz-se da luta por sobrevivência do grupo.

Izidora: É... O dia a dia é bem agitado. Não só agitado. Você tem que se doar ao máximo e esquecer de si mesmo. Então o dia a dia é isso. É você doar seu tempo pro próximo e esquecer da sua família. Porque é o dia todo gente te chamando no portão, dia e noite chamando no portão. As vezes chama pra resolver briga de marido e mulher. Incrível! Umas coisas assim, incrível! Às vezes você vai atender um morador e cê tem que escutar o sofrimento dele e aquilo cê não pode cortar e acaba perdendo um tempo enorme escutando as lamúrias. Então de fato meu dia a dia é psicóloga, é médica, é advogada, vira polícia, vira juiz, cê vira professora, cê vira...tudo na verdade, né? Um pouquinho de cada coisa. Porque a maioria das pessoas que procura a gente, as coordenações, são pessoas que de fato têm uma carência grande ao longo da vida toda. E tenta buscar na pessoa que é como ela e que representa pra ela um apoio né? Uma escuta, um carinho. Dizer assim, “eu não estou sozinho”. Acho que é mais nesse sentido que as pessoas procuram a gente, sabe? É isso, o dia a dia é muito truculento, turbulento, turbulento melhor dizendo. Você tem que ser militante, coordenadora, mulher, mãe, esposa e tudo ao mesmo tempo. Então imagina, não deve ser fácil não, né?

Outra situação marcante é a centralidade da maternidade na produção política cotidiana na Izidora. Com frequência, as coordenadoras contam que o que as impulsionou a lutar por moradia foi providenciar um lar para filhas e filhos, que o que mais as animava na resistência era o fato de propiciar um espaço para eles morarem e construírem “puxadinhos”, de elas liberarem renda antes gasta com aluguel para alimentar a família de maneira digna ou financiar algum tipo de estudo para filhas e filhos.

É importante já consignar que esse é um debate extremamente complexo, atravessado por diversos paradoxos que culminam por vezes na demonização ou romantização da maternidade. Patrícia Hill Collins (2019) empreende reflexões importantes sobre o tema e discute como o papel de mãe corresponde à ação política. Conforme observa a autora, a participação política de mulheres negras muitas vezes se dá de maneiras não óbvias, não socialmente reconhecidas enquanto tal e que recorrentemente acontecem em torno da sobrevivência de filhas e filhos. Isso está relacionado a diversos fatores, entre eles a falta de tempo pelo excesso de trabalho para se engajar em espaços e atividades vistas socialmente enquanto políticas e a necessidade imediata de alimentar, de fornecer um teto para a família. Como ela ensina, a “luta para garantir a sobrevivência dos filhos representa o alicerce do ativismo das mulheres negras” (COLLINS, 2019, p.328).

A autora destaca como, em geral, a maternidade é totalmente esvaziada de seu aspecto político. Ainda, como noções comuns de luta, resistência, ativismo “não compreendem os sentidos desses conceitos no dia a dia das mulheres negras” (COLLINS, 2019, p.330) e ignoram a maneira que elementos do cotidiano e da esfera socialmente tida enquanto privada informam a produção política, concentrando-se em atividades públicas, oficiais, visíveis. Isso colabora para a construção da imagem de que mulheres negras apresentam baixo nível de engajamento com a produção e transformação social. Entretanto, práticas de cuidado, como a maternagem, são lócus de organização das dinâmicas da vida, do estabelecimento de esferas de influência na coletividade, de tensionamentos com situações de subalternização (SPIVAK, 2010), tão importantes quanto embates e negociações com instituições, e sem as quais “não seria possível sustentar a luta pela transformação das instituições educacionais, econômicas e políticas” (COLLINS, 2019, p.330). Assim, as mulheres negras demonstram o entrelaçamento entre público e privado e como essa esfera híbrida é significativa na produção política (COLLINS, 2019).

Por exemplo, uma mãe negra que não consegue articular sua ideologia política, mas sempre contesta as políticas escolares que prejudicam seus filhos é mais “ativista” que muitas feministas altamente escolarizadas que, embora sejam capazes de debater sobre feminismo, nacionalismo, pós-modernismos e outras ideologias, não produzem mudanças políticas tangíveis para mais ninguém além de si mesmas (COLLINS, 2019).

Vale ressaltar, contudo, que é necessário ter perspectiva crítica em relação às dinâmicas de cuidado, de maternidade, não as romantizar, não apagar suas contradições, o que reforçaria o imaginário perverso da mulher negra enquanto “escrava feliz”, como ensina Collins (p.295). Inclusive, a ausência em espaços públicos socialmente reconhecidos como lugares de produção política no mais das vezes não se dá por escolha dessas mulheres, mas sim pelas práticas sociais que as forçam a assumirem quase sozinhas responsabilidades pelas esferas de reprodução e cuidado (FERREIRA, 2009). Alimentar a imagem da mulher negra, mãe, heroína, exaltada por meio da ideia de matriarca ou mãe superforte, que suporta e sacrifica tudo pelo bem-estar de filhas e filhos em razão de um amor incondicional é negativo à medida que naturaliza esse papel social, não reconhece o quão pesado e exaustivo é estar nesse lugar, ou seja, que essa situação é socialmente estabelecida de maneira que gera sobrecarga, não é uma

circunstância “natural”. Assim, é “necessário enxergar os verdadeiros custos da maternidade” (COLLINS, 2019, p.294).

O conceito de patriarcado também nos ajuda a refletir sobre isso. O patriarcado, nos termos de Heleieth Saffioti, remonta explicitamente ao regime de exploração-dominação das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2004). Assim, diz-se de um sistema social de relações, e não de relações unicamente interpessoais, configurando um padrão hierárquico e desigual de relação entre gêneros (SAFFIOTI, 2004). Carole Pateman explora esse tema, ressaltando como o que se chama de contrato social, que em tese promoveria liberdade, esconde uma faceta de contrato sexual, fundado no patriarcado, que gera liberdade para os homens e sujeição para as mulheres:

A teoria do contrato social convencionalmente é apresentada como uma história sobre a liberdade. Uma interpretação do contrato original é a de que os homens no estado natural trocam as inseguranças dessa liberdade pela liberdade civil e equitativa, salvaguardada pelo Estado. A liberdade é universal na sociedade civil; todos os adultos desfrutam da mesma condição civil e podem exercer sua liberdade como se esta estivesse reproduzindo o contrato original quando participam, por exemplo, do contrato de trabalho ou do contrato de casamento. [...]. Essas leituras das histórias familiares clássicas não mencionam que há coisas em jogo além da liberdade. A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal –é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido de patriarcal –isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres. [...] (PATEMAN, 1993, p. 16-17).

Izidora é exemplo disso. Ela é repetidamente mulher negra pobre que foi para a ocupação porque se separou do ex-marido violento, que a deixou sem nada. Rompeu relação abusiva, ficou sem casa e com um filho pequeno para cuidar sozinha. Viu na ocupação uma oportunidade. Foi “com a cara e com a coragem”, ela e o filho pequeno, e construiu com as mãos machucadas o seu barraco de lona, onde morou mais de um ano. Assim, para Saffioti, o patriarcado tem bases materiais, é corporificado e representa uma estrutura de poder (SAFFIOTI, 2004). Essa estrutura de poder está em constantes transformações e adaptações na maneira de se expressar, mas continua calcada nessas mesmas bases (SAFFIOTI, 2004).

Conforme ensinam algumas autoras, esse lugar das mulheres está ligado à dinâmica social de produção e reprodução, que se expressa na divisão sexual e

racial do trabalho. Em que pese a necessidade de considerar que a categoria mulher não é homogênea e a importância da interseccionalidade com outros marcadores sociais, pode-se afirmar que historicamente e ainda hoje elas são as principais responsáveis pelos trabalhos que envolvem a esfera doméstica, como manutenção da casa, das filhas e filhos (FERREIRA, 2009), o que é reflexo da divisão sexual do trabalho. É exatamente isso o que nos mostram as mulheres da Izidora:

E2- Porque que cê acha que tem mais mulher na luta aqui? Do que homem?

Izidora- Sim, eu acho que... porque, mulher, né, gente? Mulher é de garra. Mulher é de luta. Então mulher faz de tudo gente. Mulher levanta cedo, corre atrás e trabalha e leva filho na escola e volta e é janta e é para casa e é um monte de buá. E homem não. Homem chega do trabalho e... entende? Fica mais quietinho sentadinho no sofá. A gente não, a gente não para. Eu acho que mulher é elétrica né velho? Não tem cabimento. É raramente ocê sentar assim... Eu acho que é isso. Eu acho que o significado de mulher é isso. É muita garra.

A divisão sexual do trabalho não é um conceito novo e, no emprego feito pelas feministas, não remete à situação de complementariedade de tarefas, “mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres” (KERGOAT, 2009, p. 67).

A reprodução contempla atividades que subsidiam a existência em todos os seus sentidos, usualmente se passa na esfera privada e sem remuneração, e fica a cargo majoritariamente das mulheres. A esfera produtiva e pública, em que há produção de bens e afins com valor monetário agregado, cabe principalmente aos homens. Dentro da leitura de gênero e patriarcado, a maneira como essas esferas estão organizadas não é reflexo de condições naturais ou biológicas de homens e mulheres, mas sim de construções sociais em torno dessas figuras binárias. Ao feminino estão associadas características como cuidado, sentimento, paciência, servidão, delicadeza, atenção, pertinentes ao privado. Ao masculino, força, virilidade, coragem, razão, pertinentes ao público. A partir dessas características papéis são atribuídos e valorados, nos quais as posições sociais das mulheres são de inferioridade e submissão. Na Izidora, os homens estão ausentes do cuidado da família e das responsabilidades comunitárias. Quando perguntava o motivo, Izidora me respondia sobre instinto de proteção, amor e incapacidade de abandonar da mulher:

Izidora: Eu acho que porque a mulher tem mais amor... Eu acho que nós... é... nós podemos dá muito mais, acolhê-los, nós temos o instinto de protegê-los. O homem, pra eles, tem uns que são, mas as mães, nós temos o instinto de acolher, proteger. Tanto que tem mãe que acolhe até demais... Acho que é isso. Nós não temos essa capacidade de abandonar... O pai já não é assim com os filhos. Nós não, nós temos mais de proteger... Aí o homem já se sente confortável nessa parte, eu acho.

masculina, e, junto a isso, criar conjuntura de superexploração dela para suprir o descompasso entre reprodução e produção. Esse descompasso não está, portanto, colocado somente na esfera econômica monetária e pública, mas também na separação do público e privado, monetário e não monetário e na dominação e exploração dos sujeitos que contêm essa crise (FRASER, 2015). Na Izidora, as mulheres narram cumulação de funções, exaustão e adoecimento em razão de estarem nesse lugar de cuidadoras:

Izidora: E outra, parece um câncer também. É uma doença ser coordenadora, tá? (risos). Porque é um câncer? Porque você sabe que te faz mal no sentido de que te desgasta, muito, você perde tempo da sua vida vivendo em prol dos outros.

[...]

Então eu cheguei em casa, tava cansada, aquela tensão toda por causa de despejo, aquela loucura, sem tempo nenhum. Porque no início mesmo era mais tenso do que é hoje. Cê não tinha tempo pra comer, cê não tinha tempo pra ir no banheiro proê ter uma ideia. Eu tinha um problema sério de rins devido a não ter tempo pra ir no banheiro, pra beber água, pra se alimentar. Eu tive umas três vezes no hospital por causa de problema de rins nesse período aí. Tive pneumonia, tive depressão, tive estresse. Tudo o decorrer dessa luta porque uma coisa leva a outra.

[...]

Entrevistadora: E quais que são as consequências na sua vida dessas participações como liderança, cê consegue falar?

Izidora: Consequências? Consequências boas e ruins?

Entrevistadora: Uhum.

Izidora: Bom, consequências boas é na qual eu falei né? É a formação que a gente vem tendo ao longo desse período, se formando enquanto pessoal se formando enquanto mulher resistente, mulher que se respeita né, porque se a mulher não se respeitar ninguém respeita ela. Então quando você é respeitada pelos outros é porque você já se respeita. Então isso é extremamente positivo. O negativo é que você de fato esquece de você pra cuidar dos outros. Isso é ruim. Porque ao longo dos anos você vai ser esquecido na multidão pela luta, né? E a sua vida vai tá ali encostada, até dando teia de aranha, e depois pra você limpar tudo e começar a mexer, né? É só isso que eu acho que é o grande problema, o grande impasse, mas eu acho que dá pra poder futuramente, não agora nesse momento tenso de conflito, futuramente caminhar com as duas coisas junta. A luta e caminhar com as questões pessoal, sonhos e projetos que cada um tem, assim. Mas pra isso a gente não pode tá com esse conflito iminente porque aí não sobra tempo, né?

Ao mesmo tempo, elas relatam fortalecimento e formação política ao desempenharem esses papéis e, ainda, como querer cuidar as mobilizações, movimentação e é visceral aos seus processos de luta contra desigualdades. Isso demonstra que é também imprescindível reconhecer os potenciais da interdependência e a resistência das mulheres que se reinventam, apropriam-se

de mecanismos sociais de subalternização para se reposicionarem, e ambigualmente os exercem de maneira disruptiva e libertadora.

Assim, condenar as atividades de cuidado, como a maternidade, não dialoga com a realidade dessas mulheres, retira sua dimensão política e de resistência. Ao mesmo tempo, não admitir suas contradições e custos reitera a divisão sexual e racial do trabalho (KERGOAT, 2009). Desocultar as dimensões materiais e afetivas do cuidado traz, tanto elementos que precisam ser desnudados e combatidos em torno de dinâmicas sociais de produção e reprodução, como outros que precisam ser considerados e incentivados. Olhando para a resistência das mulheres das ocupações, a resposta a esse dilema passa por desestabilizar lógicas de um sistema socioeconômico patriarcal, racista e capitalista calcado na exaltação da produção e do público, para valorizar esferas híbridas de reprodução e cuidado, reivindicando a centralidade da interdependência nas nossas dinâmicas de vida.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS: A POTÊNCIA DA INTERDEPENDÊNCIA E A NECESSIDADE DE REVISÃO DAS DINÂMICAS SOCIAIS DE CUIDADO**

Conforme se vê, a sustentabilidade da vida ainda é assunto de mulheres, destacadamente de mulheres negras, e é também alicerce das lutas políticas nas quais elas se envolvem. As ocupações urbanas ensinam que pensar a partir da sustentabilidade da vida produz nova perspectiva sobre organização social, sustentada na interdependência. Ainda, que os processos de reprodução da vida são resolvidos nas esferas compreendidas como privadas, invisíveis socialmente e que, para além de quatro paredes e um teto, afetos e relações também são necessidades humanas (CARRASCO, 2003,) e, mais que isso, tecnologias sociais de sobrevivência.

As mulheres negras das ocupações demonstram e denunciam que o esquecimento do cuidado enquanto demanda humana é uma tradição patriarcal, branca e liberal. Contudo, são justamente as atividades não valorizadas, que se situam às margens da esfera pública, que são diretamente comprometidas com a vida (CARRASCO, 2003). A importância das esferas de cuidado e reprodução é ocultada por elas explicitarem o imbricamento do público e privado, a não autossuficiência do sistema que projeta socialmente homens brancos e economicamente privilegiados utilizando mulheres negras como amortecedor das profundas contradições que isso gera (CARRASCO, 2003).

Nesse contexto repleto de ambivalências, essas mulheres ressignificam condições subalternizadoras, fazendo delas elementos de resistência por meio do cotidiano. Reinventam-se, reinauguram os significados de ocupar, de ser mulher, de fazer política, de identidade negra. Forçam uma reorganização de conjuntura social, que não se dá somente em termos econômicos, de redistribuição de terras. Apesar da enorme sobrecarga dos trabalhos de produção, reprodução e cuidado que recaem sobre elas, o que por um lado reitera a condição social de dominação e exploração da mulher, elas redimensionam também os papéis sociais de gênero e raça que a princípio lhes são socialmente reservados. Não só ocupam a esfera pública, lançando-se enquanto lideranças combativas nos espaços socialmente considerados como lugares de política, mas visibilizam também, por meio de uma política cotidiana atravessada pelo cuidado, que o pessoal é político. São mulheres que estão à frente dos microfones e enfrentam autoridades, que conduzem

marchas, que ocupam órgãos públicos ou acampam na rua quantos dias forem necessários. São também mães solteiras, são chefes de família, responsáveis pelos cuidados com as filhas e filhos. São donas de casa com muitos afazeres domésticos, avós, cabelereiras, pedreiras, adoram cozinhar, fazem comida para vender, são mulheres religiosas, católicas, evangélicas, espíritas, são lésbicas, são jovens, são poetisas, são cantoras de rap e, por meio de cada um desses lugares, dessas práticas, lutam não só pelo direito à casa, mas pelo reconhecimento de suas identidades, de suas dinâmicas de vida. Assim, confrontam os discursos sociais de separação entre produção e reprodução, político e pessoal, público e privado.

Ao olhar e compartilhar experiências com mulheres das ocupações urbanas, em meio a tantos deslocamentos, percebi o emprego de tecnologias sociais feministas de sobrevivência, aprendi sobre sua importância e que erguer a voz, autodefinir-se e autoafirmar-se, apostar na coletividade e afetividade são estratégias também políticas. A interdependência surge como projeto de sociedade, mas necessariamente vinculada à necessidade de uma revisão minuciosa das nossas dinâmicas de cuidado.

# Feminist social technologies in experiences of women in urban squatting

## ABSTRACT

The central issue of this article is to reflect on the daily territorial practices of resistance of black and economically impoverished women in urban squatting. By doing so, this work aims to highlight feminist social technologies of survival framed by these women, namely, the act of speaking, self-definition, the dynamics of care, motherhood, and collectivity. The article is built through feminist methodologies, and, more specifically, using situated knowledge, intersectionality and subalternity as references. Furthermore, ethnography, conversation circles and in-depth semi-structured interviews are adopted as methods. It is observed, through this reflection, the political content of the practices mentioned, which reorganize notions of public, private, political and personal and unfold in the interdependence as a project of society, necessarily linked to the urgency of a deep review of the social dynamics of production and reproduction.

**KEYWORDS:** Voice and self-definition. Care. Motherhood. Collectivity. Feminist social technologies.

# Las tecnologías sociales feministas en las experiencias de las mujeres en las ocupaciones urbanas

## RESUMEN

El tema central de este artículo es reflexionar sobre las prácticas territoriales cotidianas de resistencia de las mujeres negras y económicamente empobrecidas en las ocupaciones urbanas. Con ello, se pretende poner de relieve las tecnologías sociales feministas de supervivencia forjadas por estas mujeres, a saber, el acto de la palabra, la autodefinición, la dinámica de los cuidados, la maternidad y la colectividad. El trabajo se construye a partir de metodologías feministas, y más concretamente, del conocimiento situado, la interseccionalidad y la subalternidad. Además, se adoptan como métodos la etnografía, rodas de conversaciones y las entrevistas semiestructuradas en profundidad. Se observa, a través de esta reflexión, el contenido político de las mencionadas prácticas, que reorganizan las nociones de lo público, lo privado, lo político y lo personal y se desenvuelven en la interdependencia como proyecto de sociedad, necesariamente ligado a la urgencia de revisar a fondo las dinámicas sociales de producción y reproducción.

**PALABRAS CLAVE:** Voz y autodefinición. Cuidados. Maternidad. Colectividad. Tecnologías sociales feministas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra. **Prefácio do livro Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Feitosa; André Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BORIS, Eileen. Produção e reprodução, casa e trabalho. Tradução de Guilherme Gaspar de Freitas Sobrinho. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 26, n. 1, 2014, p. 101-121. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84982/87746>. Acessado em 13 de outubro de 2022.

BUCH, Elana; STALLER, Karen. The feminist practice of ethnography. In: HESSE-BIBER, S; LEAVY, P. **Feminist Research Practice**. Boston: Sage Publications, 2007.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian (org.). **A produção do viver: ensaios de economia feminista**. São Paulo: SOF, 2003. Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 7.

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando debates. *Cadernos Pagu*, v.19,2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/wS7Qsx7gSndHr7FyYcfjR5Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought. **Social Problems**, v. 33, n. 6, "Special theory issue", p. 14-32, 1986. Disponível em: [http://users.clas.ufl.edu/marilynm/Theorizing\\_Black\\_America\\_Syllabus\\_files/Learning\\_from\\_the\\_Outsider\\_Within.pdf](http://users.clas.ufl.edu/marilynm/Theorizing_Black_America_Syllabus_files/Learning_from_the_Outsider_Within.pdf). Acesso em: 13 out. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamile Pinheiro Dias – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**, University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989, Article 8. Disponível em <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 13 out. 2022.

CURIEL, Ochy. Identidades esencialistas o Construcción de identidades políticas: El dilema de las feministas afrodescendientes. **Revista Electrónica Construyendo Nuestra Interculturalidad**, año 5,v.4 (5), p. 1-16, 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani – 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUQUE-ESTRADA, Elizabeth Muylaert. **Devires autobiográficos: a atualidade da escrita de si**. Rio de Janeiro: NAU/Editora PUC-Rio, 2009.

FERREIRA, Fátima C. F. **Plataforma Feminista da Reforma Urbana: do que estamos falando?** Rio de Janeiro: FASE, 2009. Disponível em [www.forumreformaurbana.org.br](http://www.forumreformaurbana.org.br). Último acesso em 18/6/2021.

FRASER, NANCY. Conferência Magna “Crise de Legitimação? – Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado”. CONPEDI. Belo Horizonte, 2015.

FRIEDAN, Betty. *The feminine mystique*. Nova York, Dell, 1963.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, n.5, p.7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 13 out. 2022.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, vol. I, nº 1, 1993, p.7-32. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984/14483>. Acesso em: 13 out. 2022.

HESSE-BIBER, Sharlene. The practice of feminist in-depth interviewing. In: HESSE-BIBER, S; LEAVY, P. *Feminist Research Practice*. Boston: Sage Publications, 2007.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (org.). “**Dicionário crítico do feminismo**”. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação – Episódios e racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LINO, Tayane Rogéria. **O lócus enunciativo do sujeito subalterno: uma análise da produção científica de bell hooks e de Glória Anzaldúa**. Dissertação de mestrado do programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

MAGGIO, J. Can the subaltern be heard?: political theory, translation, representation and Gayatri Chakravorty Spivak. **Alternatives**, v. 32, p. 419-443, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40645229>. Acesso em: 14 out. 2022.

MOHANTY, Chandra; ALEXANDER, Jacqui. **Feminist genealogies, colonial legacies, democratic futures**. London/New York: Routledge, 1997.

OROZCO, Amaia Pérez. Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. In *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. Nalu Faria (org.), Renata Moreno (org.). São Paulo: SOF, 2012. 104p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 3).

PATAI, Daphne. *História Oral, Feminismo e Política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução Marta Avancini – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? apontamentos às margens sobre pós-colonialismo, feminismos e estudos queer. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.2, n.2, p. 395-418, 2012. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/89/54>. Acesso em: 14 out. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo, Editora Fundação Peiseu Abramo, 2004 (Coleção Brasil Urgente).

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Feitosa; André Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

**Recebido:** 18/06/2021

**Aprovado:** 02/11/2022

**DOI:** 10.3895/cgt.v15n46.14422

**Como citar:** ISAÍAS, Thaís lopes Santana. Tecnologias sociais feministas em experiências de mulheres de ocupações urbanas. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 15, n. 46, p. 226-244, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

